



Anais da Assembléia

Nº 83

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 04 DE AGOSTO DE 1976

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 123ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 04 DE AGOSTO DE 1976
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Trajano Bastos.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Del Ciel, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulín, Aragão de Matos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Sampaio, Edilson Alencar, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valtér Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer (42), achando-se ausentes os Srs. Deputados Aguinaldo Pereira Lima, Antonio Facci, David Federmann, Ernesto Dal'Oglio, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk e Wilson Fortes (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Do Sr. Governador do Estado, sob os números 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129 e 130/76, comunicando haver sido SANCIONADO os Projetos de Lei números:

39/76:

Do Sr. Deputado IVO THOMAZONI, que declara de Utilidade Pública a Sociedade de Amigos de Cruzeiro do Oeste (SA-CRO), com sede na cidade de Cruzeiro do Oeste, o qual convertido em Lei tomou o número 6802. — AGRADEÇA-SE.

76/74:

Do Sr. ex-Deputado OLAVO FERREIRA, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a "Academia de Acordeon de Londrina", com sede na cidade do mesmo nome, o qual convertido em Lei tomou o número 6803. — AGRADEÇA-SE.

188/75:

Do Sr. Deputado ERNESTO GNOATO, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Cooperativa de Consumo dos Funcionários do DER Ltda., com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 6804. — AGRADEÇA-SE.

20/76:

Do Sr. Governador, digo, do Sr. Deputado GABRIEL MANOEL, que declara de Utilidade Pública a Associação de

Proteção à Maternidade e à Infância, APMI, com sede na cidade de Tomazina, o qual convertido em Lei tomou o número 6805.

—

AGRADEÇA-SE.

33/76:

Do Sr. Deputado ALFREDO GULIN, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de 1º Grau "La Salle", com sede à rua La Salle, s/n, nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 6806. — AGRADEÇA-SE.

45/76:

Do Sr. Deputado JAYME RODRIGUES DE CARVALHO, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Universitária Paranaense de Ensino, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 6807. — AGRADEÇA-SE.

25/76:

Do Sr. Deputado DÁCIO LEONEL DE QUADROS, que declara de Utilidade Pública a Loja Maçônica Independência, com sede na cidade de Primeiro de Maio, o qual convertido em Lei tomou o número 6808. — AGRADEÇA-SE.

21/76:

Do Sr. Deputado EGON PUDELL, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná — AMOP, com sede no Município de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o número 6809. — AGRADEÇA-SE.

37/76:

Do Sr. Deputado IVO THOMAZONI, que declara de Utilidade Pública a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, com sede no Estado do Rio de Janeiro, o qual convertido em Lei tomou o número 6810. — AGRADEÇA-SE.

Sob os números 140 e 142/76, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

26/76:

Do Sr. Deputado LUIZ CARLOS ZUK, que declara de Utilidade Pública a Associação Pontagrossense de Assistência à Criança Defeituosa, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o número 6811. — AGRADEÇA-SE.

46/76:

Do Sr. Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de Utilidade Pública a Missão Evangélica Betânia, com sede em Altônia, o qual convertido em Lei tomou o número 6813. — AGRADEÇA-SE.

Do Sr. Governador do Estado e de seus familiares, o seu reconhecimento pela homenagem prestada por essa Casa à memória de sua mãe. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ BENEDITO DE OLIVEIRA, falecido recentemente na cidade de Jaboti, neste Estado.

Outrossim, solicito que seja dado conhecimento do presente à família enlutada na pessoa do Dr. Francisco Goulart, funcionário da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1976.

(a) GABRIEL MANOEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de que seja instalado um posto de serviço telefônico interurbano, na localidade de NOVA LARANJEIRAS.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1976.

(a) TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Nova Laranjeiras, situada na BR-277, entre Jaranjeiras do Sul e Guaraniaçu, caracteriza-se por um comércio e índice populacional de expressiva consideração, tornando-se difícil para seus habitantes comunicação com o resto do Estado, em virtude da distância que os separa, tanto de Laranjeiras do Sul, como de Guaraniaçu.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a V. Exa. que após manifestação do Plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Dr. Osires Stenghel Guimarães, DD. Secretário de Estado dos Transportes, em relação à estrada Palmeira - São João do Triunfo, o seguinte apelo:

Ocorre que, desde o início da presente legislatura, vimos formulando reiterados apelos, em nome do povo que representamos nesta Casa, às autoridades administrativas, responsáveis pelo setor rodoviário, no sentido de voltarem suas atenções, entre outras estradas, a de Palmeira - São João do Triunfo, dado as suas péssimas condições de tráfego.

Entretanto, tudo foi inútil e como antes, ainda se encontra a citada rodovia, cuja conservação compete à administração estadual.

Desesperançado o povo, agora Sr. Secretário, quem reclama são os milhares de buracos que há muitos anos estão esperando oportunidade para deitar e dormir sono tranqüilo no leito daquela rodovia estadual e estão preteridos, não só por aqueles buracos que ali se encontram, e por essa razão não lhes sobra lugar, como também pelos montões de pedras que ali foram colocadas, o que constitui violência contra seu direito.

Isto porque, dizem os buracos reclamantes, que vá lá que outros não lhe permitam ocupar o leito da estrada, no qual tem posse mais antiga, partindo do princípio que não pode haver posse sobre posse, mas as pedras, essas estão praticando verdadeiro esbulho possessório, pois ali se encontravam em posse mansa e pacífica e foram violentamente desalojados, com o concurso de homens que prestam serviços ao Estado, no setor rodoviário.

Como se não bastasse, essas pedras estão atentando contra a segurança daqueles que por ali transitam, apesar das dificuldades, pois que menos avisados poderão bater nelas com seu veículo, que será fatalmente destruído, podendo até vidas serem ceifadas. E isso é muito provável.

Diante do exposto, vai o apelo no sentido de que, para evitar contendas por violação de direitos — de pedras e buracos — que se não permita nenhum deles permanecer na estrada e se restitua ao povo posse plena, sem qualquer obstáculo, como é de direito pelo que esse mesmo povo produz e dela necessita para transportar as riquezas necessárias para o desenvolvimento do país, e como justiça, pelo imposto que paga.

Ita Speratur Justitia.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1976.

(a) LINEU TURRA

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 83/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL INTERMUNICIPAL DOS CONTABILISTAS DE CASCAVEL, com sede na cidade de Cascavel, neste Estado.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1976.

(a) ENÉAS FARIA

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei visa declarar de Utilidade Pública a Associação Profissional Intermunicipal dos Contabilistas de Cascavel.

A entidade tem sede na cidade de Cascavel, neste Estado, e exerce suas atividades em toda a região Oeste do Paraná.

Tem personalidade jurídica, está legalmente constituída e em pleno e permanente funcionamento, conforme a documentação anexa.

Considerando os serviços que presta, os altos méritos de que se reveste, e que sua atuação se destina a uma nobre e obreira classe, cremos perfeitamente amparada a presente proposição.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, primeiro orador inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Declino.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo, segundo orador inscrito. — Não se encontrando o mesmo presente no Plenário, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, terceiro orador inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Neste instante em que assomamos à tribuna, sabendo que, a ilustre Comissão Executiva desta Casa, empenhada em todos os momentos e em todos os instantes para dar ao funcionalismo do Poder Legislativo a sua devida e pleiteada homenagem, queremos, neste instante, fazer um apelo, sem demagogia e sem falso messianismo, para que nossa Comissão Executiva, que vem lutando em favor do funcionalismo, deste funcionalismo que trabalha para que a nossa Casa continue como merece e como deve, para que o funcionário que trabalha tenha sua chance, então, é um apelo que fazemos a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, a S. Exa. o Sr. Presidente desta Casa, desta douta Comissão, porque mais uma vez apelando, porque o Paraná é um dos Estados que tem dado muito a seu povo, um dos Estados que tem contribuído no concerto desta grande Nação, que é a Nação Brasileira.

Ora vejam, Sr. Presidente, ilustres Membros desta Comissão, este apelo é sem falsa demagogia, porque vimos, há tempos, o Sr. Presidente Geisel, procurando estruturar e, estruturando, gradativamente, o funcionalismo federal.

Queríamos que houvesse um diálogo de alto nível entre o Poder Executivo, entre o Poder Legislativo e entre o Poder Judiciário; para que os funcionários marginalizados, para que os funcionários que seus vencimentos estão muito aquém de suas despesas, sejam aquinhoados com a justiça do Governo Jayme Canet Júnior.

É apenas um apelo que fazemos, humildemente, porque vemos desestimulados, uma plêiade de homens e de mulheres do Paraná, do nosso querido Paraná que, para surpresa nossa, no mês passado superou a arrecadação do Rio Grande do Sul. Este Paraná que progride, este Paraná que tem Jayme Canet Jr. em seu Governo, precisa ser alertado porque os funcionários públicos esperam muito deste Governo. Este Governo de mãos limpas, como dissemos; estamos vendo passar o tempo, estamos vendo as queixas e lamúrias dos funcionários, dos mais humildes que recebem setecentos cruzeiros por mês, funcionários do

Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário. Estes funcionários que são a mola mestra e real que impulsiona o desenvolvimento de nosso Estado.

E, é para esta gente que alertamos e pedimos, humildemente, à nossa Comissão Executiva, ao nosso Governo, que, haja um diálogo, dentro do possível, dentro do que é cabível suportar o erário público, para que esses funcionários sejam atendidos, para que a reestruturação que está para vir, venha imediatamente. Sem falsa demagogia e sem falso messianismo, pedimos porque o Presidente Geisel já deu para o Poder Executivo, para o Poder Legislativo e para o Poder Judiciário na esfera federal.

Esperamos de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, que olhe os reclamos deste povo, deste povo que trabalha pelo Paraná, deste povo que tem esperanças neste grande Governo, neste povo que espera humildemente.

Nós já vemos estampado no rosto do funcionalismo público paranaense o desassossego, a dúvida naquela confiança que nós devemos ter em nossos governantes. E é por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que fazemos este apelo, apenas para fazer justiça para os funcionários do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, para que haja reestruturação, para que haja o devido equiparamento, para que o funcionário público como o povo humilde de nossa terra diga um muito obrigado a Jayme Canet Júnior; diga um muito obrigado à Comissão Executiva desta douta Assembléia.

Queremos, neste instante, agradecer aos componentes da Comissão Executiva e a S. Exa. o Presidente Paulo Camargo, que sabemos que está lutando pelo funcionalismo do Poder Legislativo.

E queremos dar uma advertência e pedir ao funcionário público que tenha confiança em nosso Governo, que a reestruturação há de vir, há de se dar a Cesar o que é de Cesar e que tenham confiança, porque Jayme Canet está voltado para os interesses da coletividade paranaense.

E neste instante, como dizíamos nós, sem falso messianismo e sem demagogia, humildemente pedimos que se dê uma satisfação, que se dê uma esperança para esses funcionários que estão quase não acreditando em nosso Governo.

Nós sabemos perfeitamente que o Governo está voltado para os interesses do funcionalismo paranaense, e quero dar uma esperança para esses funcionários. A bancada da Arena há de lutar até sair a reestruturação do funcionalismo público: Executivo, Judiciário e Legislativo.

E aguardamos de V. Exa., Presidente Paulo Camargo; aguardamos dos componentes da Comissão Diretiva desta Casa, que dêem um alento para esta classe menos favorecida.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Dei Ciel). No Grande Expediente, passamos a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos. (Pausa). — Tendo declinado o ilustre Deputado, passamos a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, por vinte e um minutos.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

A imprensa local e mais precisamente a "Gazeta do Povo", de 3ª feira, 03 de agosto, em manchete de primeira página, estampa a seguinte inserção de chamamento: (Lê): "Adicional para o servidor do Paraná, inconstitucional".

E a nota declina que o Procurador da República, professor Henrique Fonseca de Araújo, atendendo pedido do Ministério da Justiça, submeteu ontem ao Supremo Tribunal Federal, uma representação na qual arguiu a inconstitucionalidade do inciso II, do Artigo 70, da Constituição do Estado do Paraná, que dá ao funcionário público estadual, quando completa 35 anos de serviço um adicional de 50 por cento.

O Procurador Geral da República sustentou que a norma da Constituição do Paraná violou o Artigo 13 do Inciso 5º da

Constituição que dá, aos servidores da União, uma remuneração superior a dos Estados.

Não pude observar o sentido verdadeiro do pronunciamento do Deputado que me antecedeu. No entanto, buscando na coerência, na razão e na responsabilidade, um estudo mais acurado a respeito desta notícia, deixamos para hoje, abordar este assunto, porque se nos afigura da maior relevância, já que a imprensa de hoje não deu qualquer notícia oficial nem oficiosa da parte do Primeiro Magistrado do Estado, Sr. Governador Jayme Canet Júnior.

Por esta razão, entendendo a seriedade de uma notícia que causou espécie em toda a classe de funcionário público; que criou também uma correria por parte dos interessados no estudo constitucional, é que viemos a esta tribuna hoje, para estranhar a notícia e estranhar também que, S. Exa. não tenha ainda, nem por sua liderança, nem por vice-liderança, nem por nota oficial, dado qualquer conhecimento à opinião pública e ao funcionário estadual.

A Constituição do Paraná, jurada, defendida e também compromissada por S. Exa. o Governador do Estado quando assumiu o Poder neste Paraná, e o fez, se atribuindo o dever e a obrigação não só cívica mas política, e como um homem integrado a este Estado, a obrigação de defendê-la.

Até agora, não há qualquer notícia desta defesa nem ao menos tacitamente. O Artigo 70 da Constituição do Estado prevê dois tipos de adicionais para o funcionalismo e que no seu Inciso 1º concede um direito que já vem sendo proclamado desde a Constituição de 1946, a Constituição que surgiu depois do Estado Novo o direito de atribuir ao funcionalismo 5 por cento de cinco em cinco anos, de serviços prestados, até o limite de 25 por cento. Esses 25 por cento, eram considerados na doutrina e na Jurisprudência como ainda, no Direito Administrativo, como sendo a quarta parte.

No inciso 2, concede a Constituição vigente, mais cinco por cento ao funcionário que completar 30 anos de serviços, de sacrificados serviços para o Estado.

E depois mais, aduz ainda a esse percentual, outros 05 por cento por ano excedente aos 35 anos de serviço, até alcançar o percentual nominal de 50 por cento, ou seja, mais 25 por cento, isto nominal, porque, realmente, no cálculo efetivo de valores, serão adicionados mais de 50 por cento.

E essa notícia que nos pasmou.

E tendo em vista a responsabilidade com que sempre levamos nosso mandato e com o consenso de nossa Liderança, entendi ser oportuno formular um requerimento. (Lê):

"O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário e tendo em vista a notícia publicada na primeira página da "Gazeta do Povo", de ontem, distribuída pela AJB, de que o Procurador Geral da República, atendendo pedido do Ministério da Justiça, submeteu ao Supremo Tribunal Federal representação arguindo a inconstitucionalidade do inciso II, do artigo 70, da Constituição do Estado do Paraná, sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Doutor JAYME CANET JÚNIOR, digníssimo Governador do Estado, através de ofício, as seguintes informações:

1) — O Estado do Paraná tem conhecimento oficial dessa representação?

2) — Qual a data em que se implantou pela primeira vez, numa folha de pagamento, os benefícios previstos no inciso II do artigo 70 da Constituição Estadual?"

Quero fazer aqui um parágrafo para observar que a nossa preocupação quanto à sustentação e defesa constitucional, porquanto deixo, mais uma vez registrado neste Poder, porquanto divirjo da sistemática legislativa destas Cartas Constitucionais que estão vigindo no País, este preceito, faço questão de deixar ainda registrado, que venho na defesa dele e de quantos outros

venham apregoando os regimes democráticos nas Constituições..

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Quero continuar para depois conceder o aparte a V. Exa.

"3) — Qual a atitude que o Governo pretende tomar para verificar a procedência da notícia e defender os interesses dos funcionários do Estado e da manutenção de sua Carta Magna?

4) — Quando e de que forma pretende o Poder Executivo esclarecer a opinião pública do Estado sobre o que realmente está acontecendo em relação a esse assunto de relevante valor social e econômico.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1976."

"Justificativa: (Lendo):

"Com inusitada surpresa, nosso Estado, e principalmente os servidores públicos estaduais, depararam com esta notícia estampada na "Gazeta do Povo" de ontem:

"ADICIONAL PARA SERVIDOR DO PARANÁ, INCONSTITUCIONAL".

Brasília (AJB/GP) — O Procurador Geral da República, Professor Henrique Fonseca de Araujo, atendendo pedido do Ministério da Justiça, submeteu ontem ao Supremo Tribunal Federal uma representação na qual arguiu a inconstitucionalidade do inciso II do artigo 70 da Constituição do Estado do Paraná, que dá ao Funcionário Público Estadual, quando completa 35 anos de serviço, um adicional de 50 por cento. O Procurador Geral da República sustentou que a norma da Constituição Paranaense violou o artigo 13, inciso V, da Constituição, que dá aos servidores da União uma remuneração superior a dos Estados".

O inciso II, do artigo 70 da nossa Carta Magna (emenda constitucional número 03), trata da concessão do benefício de adicionais de 05 por cento ao funcionário que completar 30 anos de serviço e de mais 05 por cento por ano excedente, até o limite de 25 por cento.

Acontece que esse dispositivo já constou do texto do inciso II do artigo 152 da Constituição Estadual de 12 de julho de 1947, foi repetido no inciso II do artigo 67 da Carta de 08 de maio de 1967 e depois mantido nas emendas constitucionais que se seguiram, até a atual de número 03, aprovada em 29 de maio de 1971, que o confirmou no inciso II de seu artigo 70, ora objeto da aludida representação.

Considerando que essa norma vem sendo posta em prática há mais de 25 anos e que o texto do inciso V do artigo 13 da Constituição do Brasil vigente nada mais é do que uma repetição de dispositivos similares contidos nas Cartas Magnas de 1946 e 1967, que jamais impediram o pagamento do benefício aos funcionários estaduais, "data venia", a representação em tela, se real, parece-nos intempestiva e virá ferir direito já consagrado por mais de 1/4 de século em nossa legislação, fato que por si só justifica a sua manutenção.

Diríamos nós, em um parêntesis aqui, se fosse transportada essa espécie de direito para o direito civil, já os funcionários estariam usucapiando o direito de se beneficiar desse percentual.

Prosseguindo: "Já a lei Federal número 1711 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União), foi sancionada em 28 de outubro de 1952, e, igualmente, jamais serviu de suporte legal para impedir a percepção de adicionais por parte dos funcionários do Paraná, São Paulo, que sempre adotaram a concessão dessas vantagens a seus servidores; Mato Grosso, que prestigia seus magistrados com adicionais em valores maiores que os nossos; e, ainda, de muitas outras unidades da Federação que assim procedem autorizadas por legislações similares.

Quanto ao presente pedido de informações e da pronta ação que por certo será tomada por S. Exa. o Governador do Estado, tem como base o compromisso legal prestado por

ocasião de sua posse, quando se comprometeu a defender a Constituição do Estado e promover o bem estar geral do Paraná".

Concedo o aparte ao nobre Deputado Ivo Thomazoni. O Sr. Ivo Thomazoni — Inicialmente devo confessar a V. Exa.

que tanto quanto V. Exa. a notícia publicada pela "Gazeta do Povo", me surpreendeu. Surpreendeu porque tem sido norma no Paraná conceder-se ao servidor em inatividade, o benefício preconizado no artigo 70, incisos 1 e 2, de nossa Carta Constitucional. E o Tribunal de Contas tem registrado os processos de aposentadoria validando prosseguimento da vantagem de mais 05 por cento por ano excedente, depois de completar 30 anos, até o limite de 25 por cento. Vejo que a notícia insere como tendo sido a iniciativa do Sr. Procurador da República, no Paraná.

Permitir-me-ia adiantar, para conhecimento da Casa, que não há, tenho certeza, nenhuma participação do Sr. Governador na medida que pretende tirar do funcionalismo público as vantagens preconizadas no art. 70 e seus incisos da nossa Constituição.

Todavia, V. Exa. ao formular a indagação dirigida ao Sr. Governador do Estado, realmente, compromete S. Exa., induzindo-o a tomar posição. Temos tido permanentes contactos com o Governador Jaime Canet Júnior, e S. Exa. entende, tanto quanto nós, que a grande maioria dos servidores públicos estaduais, principalmente aqueles de categorias mais humildes, é a mais mal remunerada.

Não fosse a necessidade de manter, segundo orientação técnica, um índice de despesa com custeio não superior a 60 por cento, o Governador do Estado seria o primeiro a preconizar aumentos bem superiores ao funcionalismo público estadual. No entanto, teme S. Exa. que, concedendo aumentos que considera necessários, não tenha o Tesouro suporte, para fazer face aos compromissos assumidos pelo Estado.

Mas, informo a V. Exa. que votarei favoravelmente ao Pedido de Informações, e adianto ao nobre Deputado que o Sr. Governador do Estado não tomaria, jamais, uma iniciativa de propor uma ação declarando inconstitucional o art. 70 e seus incisos, porque, tanto quanto nós, acredito, S. Exa. entende que, quando pode, o Estado deve dar um pouco mais ao funcionalismo público estadual.

Votarei com V. Exa. acreditando até que essa representação da lavra do Sr. Procurador Geral da República não terá acolhida junto ao Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço o aparte de V.

Exa. e agradeço também a incorporação deste seu pensamento porque, "a priori", trata, este requerimento solicitando as informações, de uma indagação que retrata a preocupação, quero tomar a liberdade de dizer, para a defesa constitucional da Carta que rege este Estado. Isto, quer me parecer, é um interesse que se comunica a todos os Poderes, porque, realmente, haveria de surgir no Parlamento a indagação que ora fazemos em nome da nossa bancada por autorização delegada pelo nosso líder.

Vejo, com a máxima simpatia, esta disposição de V. Exa. de votar pela aprovação do requerimento, porque já que o Governo tem se manifestado formal e legalmente pela defesa e pela instituição destes adicionais e até o próprio Tribunal de Contas tem invalidado estes adicionais de 05 por cento, como declinou S. Exa., não haveria outro comportamento que viesse socorrer e defender este princípio. Entretanto se trata...

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel). V. Exa. tem um minuto para concluir o uso do seu tempo.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Obrigado.

Concluirei, Sr. Presidente.

Trata-se de uma indagação que foi por nós louvada na notícia veiculada por um jornal local. Então, pareceu-nos odioso até, que isto pudesse ocorrer, principalmente, com o funciona-

lismo paranaense que está em condições remunerativas, digamos assim, inferior a alguns Estados, digamos de São Paulo e até do Rio Grande do Sul, se não me falha a memória, não quero afirmar.

Então, seria necessário que nós dêssemos o nosso testemunho de defesa para o homem que trabalha, agora, neste momento quando se discute aspectos de despesas que estariam sendo feitos até, por escalões da administração federal.

Agradeço o entendimento e a seriedade da nossa indagação que não tem o cunho senão de defender a Carta Constitucional do Estado e ela toca ao interesse das duas agremiações partidárias. Agradeço a disposição da Liderança do Governo, à nossa Liderança e à Presidência e aos demais Deputados que se incorporarem neste pensamento.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel). Com a palavra o eminente

Deputado Osvaldo Macedo, líder da bancada emedebista. (Pausa). — Com a palavra o eminente líder da bancada arenista, Deputado Ivo Thomazoni. — (Ambos declinam).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 56/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 54/76, que aprova o termo de convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Nova Londrina, objetivando execução de melhorias no prédio onde funciona o Ginásio Estadual da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ, por unanimidade. — **APROVADO.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 57/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 57/76, que aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, com o município de Dois Vizinhos, objetivando construção de prédio destinado a Unidade Sanitária, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ, por unanimidade. — **APROVADO.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 61/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 105/76, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior, com o município de Alto Piquiri, objetivando ampliação de duas salas no prédio onde funciona o Grupo Escolar Bento Munhoz da Rocha Netto, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ, por unanimidade. — **APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 62/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 106/76, que aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Saúde e Bem Estar Social e do Interior, com o município de Altônia, objetivando construção de prédio destinado a Unidade Sanitária na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ, por unanimidade. — **APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 63/76, de

autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 109/76, que aprova convênios celebrados pelo Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com os municípios de Japurá, Icaraíma e Flórida, objetivando construção de prédios destinados à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, nas sedes dos referidos municípios. Parecer favorável da CCJ, por unanimidade. — **APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.**

1ª DISCUSSÃO — do projeto de Resolução número 66/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 116/76, que aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias da Saúde e Bem Estar Social e do Interior, com o município de Paranavaí, objetivando construção de prédio destinado a Centro de Saúde, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ, por unanimidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 66/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 16 de janeiro de 1976, pelo Governo do Estado, através das Secretarias da Saúde e Bem Estar Social e do Interior, com o município de Paranavaí, objetivando a construção de prédio destinado a Centro de Saúde, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 116/76

Acompanhado da Mensagem Governamental nº 37/76, de 16 de março de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa, convênio celebrado em 16 de janeiro de 1976, pelo Governo do Estado, através das Secretarias da Saúde e Bem Estar Social e do Interior, com o município de Paranavaí, objetivando a construção de prédio destinado a Centro de Saúde, na sede do referido município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Benedito de Oliveira, ocorrido na cidade de Jaboti. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR, no sentido de que seja instalado um posto de serviço telefônico na localidade de Nova Laranjeiras. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de dar melhor atendimento, entre outras estradas, a de Palmeira-São João do Triunfo dado as suas péssimas condições de tráfego. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino To-

lentino, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que informe a respeito da representação de inconstitucionalidade do inciso II do artigo 70 da Constituição Estadual, que teria dado entrada no Supremo Tribunal Federal, conforme notícia distribuída pela ABJ e publicada na primeira da edição da "Gazeta do Povo". — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 05, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 61/76, 62/76 e 63/76.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 66/76.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 67/76.

Marcando ainda, uma sessão para sexta-feira, dia 06, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução números 54/76, 55/76, 65/76, 76/76, 94/76, 97/76, 100/76 e 101/76.

Levanta-se a sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 123ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 04 DE AGOSTO DE 1976

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Del Ciel, secretariada pelos Senhores Deputados Leopoldo Jacomel e Lúcio Machado.

Às 16,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Del Ciel, Gabriel Sampaio, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilson Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otásio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Jorge Sato (43). Achando-se ausentes os Senhores Deputados Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Facci, David Federmann, Ernesto Dal'Oglio, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Wilson Fortes (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel). Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel). Não há expediente a ser lido. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição número 187/76, veto apostado ao Projeto de Lei número 104/75, de autoria do Deputado Accioly Neto, dispondo sobre a privatividade dos despachantes na mediação das relações entre o contribuinte e o De-

partamento de Trânsito do Estado do Paraná e dá outras providências. Parecer da CCJ., CONTRÁRIO ao veto por maioria de votos.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto, para continuar a discussão.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Já perdi a conta do número de vezes que utilizei esta tribuna para debater o veto apostado pelo Governador do Estado ao Projeto de Lei número 104/75.

Não fosse o encerramento em data de hoje do prazo constitucional para que a Assembléia delibere sobre tal veto, e me sobrasse ainda no correr dos próximos dias, meses, anos, até o final da presente legislatura, eu me permitiria durante todo esse tempo, ainda que isso me tornasse fastidioso para os senhores, a voltar à tribuna e insistir na validade da tese que o projeto espousa, no sentido de que qualquer profissão deve ser regulada, deve ser disciplinada por uma lei ordinária votada pelo Parlamento.

Convenço-me mais de que esta é a tese correta, na medida em que, fruto de meticulosa e até exaustiva pesquisa, me foi dado conhecer que não existe no âmbito federal, nenhuma profissão, nenhuma atividade profissional lícita que não seja regulada ou disciplinada por uma lei ordinária votada pelo Congresso Nacional.

A partir de 1946, restaurada plenamente a democracia no País, com o funcionamento novamente do Congresso Nacional, todos os Presidentes da República, e quando não eles, os próprios membros do Congresso Nacional, tomaram a iniciativa de regulamentar por lei, várias das atividades profissionais desenvolvidas, hoje, no País. E, agora, ainda recentemente, o Sr. Presidente da República, dando mais uma demonstração de que a tese, segundo a qual, a profissão deve ser regulada por lei, é a que tem prevalência, encaminhou ao Congresso Nacional, mensagem, através da qual envia o projeto de lei propondo a regulamentação da profissão de artista.

E, coincidentemente, o jornal "O ESTADO DE SÃO PAULO", de hoje, exatamente no dia em que se encerra para nós o prazo para apreciar este veto, publica uma notícia de que o Sr. Presidente da República retirou do Congresso Nacional o projeto de lei que regulamenta a profissão de artista. Foi atendida, assim, a reivindicação dos artistas que, na segunda-feira, haviam encaminhado documento ao Sr. Ministro do Trabalho, condenando o projeto e reclamando novos debates.

Ontem, o Sr. Ministro afirmou que o Governo está disposto a promover alterações no projeto e, salientou que seu gabinete está aberto a todos os atores.

Então, temos, a extrair desta notícia veiculada pelo jornal "O ESTADO DE SÃO PAULO", estas duas ilações absolutamente verdadeiras:

A primeira, é de que o Chefe da Nação, já sensível a anteriores reivindicações da classe, encaminhou anteprojeto de lei ao Congresso Nacional, visando fazer com que o artista aqui no Brasil, tivesse a sua profissão regulada por uma lei ordinária; e, em segundo lugar, o Sr. Presidente da República mostrou-se sensível a uma nova reivindicação dos artistas, só que agora, já em relação ao anteprojeto, porque entenderam esses profissionais que o projeto não vinha atender as suas aspirações, àquilo que eles desejavam, efetivamente, como uma lei regulamentadora de sua atividade.

Antecipa-se o próprio Presidente da República, com este ato, ao exame que o Congresso Nacional deveria realizar em torno do anteprojeto. É pressuposto disso, que ao retornar o projeto, o fará com novo texto, já abrangendo novas reivindicações ou as anteriores reivindicações que deixaram de ser atendidas e o Congresso Nacional há de apreciar este projeto de lei.

Lamentavelmente, o que se verifica no Estado do Paraná, é o oposto. Não só, nunca houve sensibilidade para que o Poder Executivo tomasse a iniciativa de para cá encaminhar uma

mensagem objetivando regulamentar a profissão de despachante oficial junto ao DETRAN, como, em função de uma iniciativa desta Casa, totalmente insensível e atendendo a ponto de vista técnico, deixando de atender à representação popular aqui da Assembléia, veio a vetar o projeto impedindo com isto, que esta classe tivesse sua profissão regulamentada por uma lei ordinária.

O Sr. Fidelcino Tolentino — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Accioly Neto, eu tenho acompanhado o trabalho que V. Exa. tem feito, de modo especial e específico sobre esse projeto de lei que ora se discute.

Já estou tomando, por sistematização o posicionamento de crítica a vetos de S. Exa. o Governador do Estado, porque tem sido feito veto de uma forma iníqua, poderia dizer, discricionariamente. E todos ou uma grande parte, para ser justo, uma grande parte dos projetos de relevância que saem deste Poder e vão ao Executivo para sanção, lá é examinada e apostado de imediato o veto, com justificativas semelhantes a esta que acompanha o veto apostado ao projeto de sua autoria.

Então eu chego a acreditar, muitas vezes, que o trabalho desenvolvido por quantos homens que aqui neste Poder representam a voz do povo deste Estado, muitas vezes é desconsiderado, é deixado à margem pela estrada, de uma forma insensível.

E a Lei, dessa forma, ela se torna iníqua quando não atende não só aos costumes, mas ao pensamento da coletividade que ela pretenda disciplinar. E iníqua também seria a sentença do Juiz ou do Magistrado que se louvasse num instituto legal que não traduzisse a vontade de uma época, o pensamento de um povo e a normatividade de uma determinada fase histórica.

Acredito que não é só da minha região a reclamação e a solicitação para que apoiemos a sustentação do projeto original, porque ele realmente veio satisfazer os anseios da classe que está trabalhando há muito tempo, buscando uma garantia efetiva de uma lei que parte da vontade dos legisladores.

Então, Deputado Accioly Neto, quero com isso não só testemunhar o pensamento da classe dos despachantes pela manutenção da lei e rejeição do Veto, porque vários telegramas, muitos contactos pessoais e várias manifestações de vontade de quantos militam neste mister, neste trabalho, estão a nos buscar proteção para satisfazer um índice mínimo de garantia, um índice mínimo de sustentação daquilo que eles adotam por trabalho durante toda sua vida.

E eu quero me incorporar também ao pensamento de V. Exa., de que, desde 1946, quando se consagrou aqui nesta Pátria o Regime Democrático, é da sistemática legislativa ou do "modus faciendi" de legislar, a regulamentação feita através de lei e não de decretos. Porque os decretos retratam muitas vezes ou quase sempre a vontade até discricionária, como recurso de retórica, discricionária de um dos poderes.

Haveria de ter o equilíbrio, o bom senso, a ponderação e buscar na razão a inspiração verdadeira para que se possa legislar com isenção.

Incorporo-me ao pensamento de V. Exa. e me agarro em todo o modesto conhecimento que temos de leis e de hierarquia de leis, para votar favoravelmente ao projeto original e também para prestar a S. Exa., o testemunho e a coragem que V. Exa. teve, de propor este projeto. Ficarei com ele, mesmo desconhecendo o pensamento da minha liderança, porque acho justo, oportuno e que consagra não só uma época mas também sistematiza, regula e organiza uma profissão a exemplo do que tem feito o Governo Federal, muita coisa, no caso do direito autoral e de outros mais que recentemente, legislou.

E incorporo ao pensamento de V. Exa. que votarei pela manutenção do projeto, na forma em que for aprovado por este Poder. E acredito mais, que as razões superiores não de

inspirar também os demais parlamentares, para que se aprove o projeto original, rejeitando assim, o veto apostado por S. Exa. o Governador do Estado. Porque no meu entender, acho insustentáveis as ponderações por ele declinadas nos seus argumentos.

Muito obrigado.

O SR. ACCIOLY NETO — Agradeço as considerações de V. Exa., bem assim, a posição favorável que manifestou em torno do projeto.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é absolutamente contraditória, esta manifestação de vontade do Governador do Estado, pois, ao mesmo tempo em que veta um projeto, disciplinando uma atividade profissional, ele demonstra a preocupação em regular através de projetos de leis já enviados a esta Casa ou que estão em vias de para cá serem encaminhados, algumas atividades exercidas no âmbito da administração pública, mas que têm características eminentemente profissionais. Como é caso, por exemplo, do Magistério; ninguém há de negar que o Magistério exercido no âmbito da administração pública há longos anos ou mais propriamente a partir de 1968, de uma regulamentação adequada aos novos tempos, uma regulamentação que correspondesse à nova época do próprio sistema educacional em que vivemos.

E, mais do que isso, uma regulamentação que sobretudo, desse de um lado, estabilidade na função de ensinar. E de outro, valorizasse esta mesma função.

E nós estamos aqui na Assembléia debatendo o projeto do Estatuto do Magistério. Já se sabe que em breve para cá virá, o projeto relativo ao Estatuto da Polícia Civil já que também está superado o que atualmente vige. E de igual modo, outras manifestações neste sentido deverão se verificar nesta Casa, mostrando que há de fato, o interesse do Governador em que, no âmbito de administração pública, as atividades de características profissionais sejam reguladas por uma lei ordinária que lhes dê os contornos das situações peculiares a cada uma.

Então fica, nesta contradição, assinalada em dúvida: será que apenas tem o dom de acertar, ao escolher as normas para regulamentar uma profissão, o Poder Executivo?

Não teria o Poder Legislativo a capacidade de dar origem a uma lei regulamentando uma determinada atividade profissional?

É bem verdade que aqui, nesta Casa, não pululam os tecnocratas, não temos as altas assessorias do Poder Executivo. Mas, por outro lado, a lei que é feita através de um projeto nascido no Parlamento, sempre traz, nas tintas com que, se escreveram cada um dos seus artigos, parágrafos e alíneas, e até o ponto final, um pouco da representação popular que cada um de nós tem.

E eu me pergunto: é mais legítima a norma elaborada no laboratório hermético de um técnico, do que aquela que é elaborada neste laboratório que é constituído de homens públicos?

E até que ponto, nós podemos transmitir o que exatamente pensa o povo, ou uma determinada atividade profissional, com mais legitimidade, com mais sinceridade do que o técnico que transmuta para a norma apenas a sua interpretação, quando a incorpora ao projeto destinado a regulamentar a mesma atividade profissional?

É sob esse ângulo, é que esse prisma, que deve ser examinado este veto apostado ao projeto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, sei reconhecer que o próprio ordenamento constitucional confere ao Chefe do Poder Executivo a competência final no processo legislativo. Sei também que concluído o processo de elaboração da lei, cabe ao Poder Executivo exclusivamente a ele, em nome dos interesses do Estado que representa, manifestar-se o projeto deve, ou não, se convertido em lei.

Mas, não discuto essa prerrogativa do Governador. O que

se discute, o que se deve debater, é o exercício dessa prerrogativa.

É que, assim como nós não podemos legislar sem uma causa subjacente que justifique a aprovação do projeto, também ao Governador não é lícito manifestar sua vontade sem que esteja legal e constitucionalmente fundamentada.

É exatamente o que ocorre com relação a esse veto.

Não há fundamento na lei, como não há fundamento na própria Constituição do Estado.

É por essa razão que apelo a V. Exas., para que votem com o projeto e rejeitem o veto.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, desejo requerer à Mesa que a votação deste veto se faça pela forma nominal. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fidelcino Tolentino). Continua em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para discutir). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na manhã de hoje tivemos a oportunidade de, reunidos com os homens responsáveis pelo setor do trânsito e da área de segurança, discutirmos aspectos vinculados à matéria em tramitação nesta sessão extraordinária.

Verificamos, Sr. Presidente, que não existe grande discrepância entre a matéria em votação e o consubstanciado no Decreto número 1158 de 05 de novembro de 1975, que revogou os Decretos números 18603 de março de 1970, o 741 de setembro de 1971, o 1924 de abril de 1972. Mas, se por um lado não existe grande discrepância, como disse, entre uma matéria e outra, ambas visando regulamentar a atividade dos despachantes oficiais junto ao Departamento de Trânsito do Estado, por outro lado a iniciativa do eminente professor Accioly Neto, despertou na área do Executivo interesse maior para o problema.

Comprometeu-se o Executivo, a curto prazo, a encaminhar a esta dought Assembly mensagem acompanhada de anteprojeto de lei, visando, através de lei ordinária, regulamentar essa atividade, que, segundo o eminente professor Accioly Neto, ensinaria à classe dos Despachantes Oficiais do DETRAN, maior tranquilidade, porquanto qualquer alteração pretendida no futuro, forçosamente haveria de merecer desta Casa a análise e a discussão, sempre de maneira a atender os legítimos interesses desta classe.

Mas, verificou o Executivo, que embora exista um ponto de divergência quanto à fixação do número de veículos registrados no município, tomando-se por base a credenciação de mais um despachante porque no decreto para cada grupo de mil veículos registrados, nós teríamos a proporção de um profissional, podendo, no entanto, dispormos de dois despachantes nos municípios que tenham menos de mil veículos registrados — verificou-se que o Projeto número 104/75, da lavra do eminente Deputado Accioly Neto por estar, Sr. Presidente, numa fase em que se analisa um veto governamental, não poderá acolher nenhuma alteração na sua redação, porque o mesmo conflita com o que determina a Lei Federal número 6205/75, que é aquela que proíbe qualquer vinculação ao salário-mínimo para efeito de aplicação de multas.

Verifico que no artigo 10, alínea "b" e, também, no artigo 14 se estabelece, que, pela infração de seus deveres profissionais na esfera administrativa, ficará sujeito às seguintes penalidades:

"Alínea b — Multa até a importância equivalente ao maior salário-mínimo vigente no País".

"Art. 14 — Os honorários de serviço do Despachante Oficial do Trânsito serão fixados por decreto em importância não excedente a 20 por cento do maior salário-mínimo vigente no País".

Além das razões já expendidas, quer me parecer que a existência desta vinculação, por si só, invalida a propositura. Não quero, também, absolutamente, significar a alusão de que

tenha o autor desta iniciativa cochilado quando da redação do plano de lei, porquanto esta é de data anterior à vigência daquela lei.

Mas, dizia no início, Sr. Presidente, Srs. Deputados, serviu o projeto de lei para despertar no Executivo a consciência de que se deva dar ao Despachante Oficial do DETRAN uma estabilidade maior, com garantias melhores porque não pode estar o despachante sujeito a que o Executivo altere o decreto todos os anos, todos os semestres ou todos os anos.

Para que haja esta tranquilidade o próprio Governador do Estado entendeu como válida a iniciativa do nobre Deputado, tanto que determinou ao Sr. Diretor do DETRAN que, juntamente com o Secretário de Segurança Pública, elaborasse um estudo ouvidos o Deputado proponente deste projeto de lei e a própria Associação dos Despachantes Oficiais do DETRAN, para discutirem pequenas divergências que possam estar aplicadas no Decreto número 1158.

Feito isto, poderá S. Exa. o Sr. Governador remeter, a esta Casa, mensagem, capeando o anteprojeto de lei visando regulamentar esta atividade através de uma lei.

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Eminente Líder Deputado Ivo Thomazoni, o que fica no ar, e nos parece até uma desconsideração ao Poder Legislativo, é o fato, coincidência ou não, de que o DETRAN ou o Governo do Estado se apressaram, os dois, em fazer uma regulamentação da matéria, quando já tramitava por esta Casa o projeto de lei de autoria do nobre Deputado Accioly Neto, me parece que isto está confessada nas próprias razões do veto. Posteriormente, diz as razões do veto ao projeto, houve o decreto. Desta forma, parece-me que seria oportuno e o Governo não fugiria à consideração devida ao Poder Legislativo e teria resolvido o problema que V. Exa. aborda com inegável propriedade, mas teria resolvido este problema que o Governo entende existir, no momento oportuno, sem a necessidade, que ainda hoje não me parece imperiosa, de vetar o projeto por estes fundamentos.

Mesmo porque V. Exa. reconhece que não há discrepância quase entre o projeto e o decreto. A maior delas seria a de que a lei federal veda a alusão a salário-mínimo, mas isto é um problema de fácil solução, porque bastaria neste caso uma posterior retificação da lei, passando o que é salário-mínimo para a unidade padrão, para a UPC.

De modo que, não me parece que este seria o problema para votar todo um projeto. E gostaria apenas de registrar, por um lado, o interesse que V. Exa. demonstra em nome do Governo, mas, por outro lado, a inoportunidade com que o Governo do Estado age desta forma.

Por isso, embora as razões de V. Exa. mereçam ponderação, nós permanecemos, e desejo registrar, permaneço votando favoravelmente ao projeto, porque entendo que mesmo, na palavra de V. Exa. e pelas razões apresentadas pelo Governador do Estado, o projeto prevalece com a sua autoridade e o veto, portanto, não merece nesta Casa o apoio que V. Exa. defende.

Muito obrigado, V. Exa.

O SR. IVO THOMAZONI — Agradeço a participação de V. Exa.

Mas diria que além das alusões que fiz ao contido na Alínea "b" do Artigo 10 e no caput do artigo 14 da Lei, existe uma diferença também de ordem política, que me parece deva a liderança respeitar. A opinião dos membros da bancada que represento, que lidero, é exatamente aquela constante do Artigo 2º, parágrafos 1º e 2º do Decreto número 1158, com a redação dada ao Artigo 2º, também parágrafos 1º e 2º do projeto de lei número 104/75, porque o projeto de lei manda que os municípios terão credenciados pelo DETRAN, seus despachantes de trânsito na proporção de um profissional para cada mil e quinhentos veículos registrados, não excedendo a 100.

Seria o caso de Curitiba. E no parágrafo 2º, os municípios

com menos de mil e quinhentos veículos registrados, poderão entretanto ter até dois despachantes oficiais credenciados. Neste caso, a cada grupo de 1500 veículos que forem registrados, daí em diante será credenciado outro despachante oficial. Esta a redação do projeto de lei.

Quanto à redação do mesmo artigo nos mesmos parágrafos do Artigo 2º, o Decreto número 1158 determina que os municípios terão credenciados pelo DETRAN, despachantes oficiais na proporção de um profissional para cada um mil veículos registrados, e, no parágrafo 2º, os municípios com menos de um mil veículos registrados poderão ter até dois despachantes oficiais credenciados, e, neste caso, a cada grupo de mil veículos que forem registrados, aí, então, será credenciado outro despachante oficial.

Acrescentando que, com base neste Decreto número 1158 o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná, realizou há alguns meses, concurso para preenchimento das vagas criadas nos municípios, com base no que preconiza este Decreto.

Aprovando-se, validando-se o Projeto de Lei número 104/75, estaríamos, quem sabe, eminente Deputado Muggiati Filho, estaríamos a prejudicar quantos tivessem realizado o concurso e, tendo sido aprovados, candidatando-se ao preenchimento das vagas abertas, de acordo com o que preceituou o Decreto número 1158, porque, fatalmente, aumentando-se o número de veículos registrados para cada vaga de despachante, automaticamente estaríamos reduzindo o número de vagas de despachantes...

O Sr. Accioly Neto — V. Exa. permite um aparte?

O SR. IVO THOMAZONI — ... e poderia haver uma intranquilidade junto àqueles que, tendo-se habilitado, tendo-se sujeitado ao concurso e, posteriormente, solicitado a credenciação, deixando-os numa situação até de intranquilidade, porquanto já muitos deles deixaram outras funções públicas na área estadual, para abraçarem esta nova atividade, desde que há exigência de que o Despachante Oficial do DETRAN não acumule outro cargo público. Concedo o aparte ao nobre Deputado Accioly Neto.

O Sr. Accioly Neto — Agradeço o aparte concedido por V. Exa. e queria apenas fazer uma consideração em torno dessa questão levantada a propósito do concurso já realizado e da eventualidade, primeiro, de ocorrer prejuízo para aqueles que o realizaram e foram considerados aprovados e, segundo, o clima de intranquilidade que, porventura, pudesse a lei gerar.

A Constituição Federal no artigo 153, parágrafo 3º, quando trata dos direitos e das garantias individuais, tornou expresso que a lei não pode prejudicar o direito adquirido, a coisa julgada e o ato jurídico perfeito.

Ora, se eles realizaram um concurso público, que teve a sua regulamentação baseada no Decreto número 1158, de 05.11.75, torna-se patente que aqueles que foram aprovados neste concurso, têm os direitos que adquiriram por força da aprovação e que são os direitos estabelecidos nesse decreto. Portanto, a vigência de uma nova lei mesmo revogando esse decreto, não os atinge, porque aquele que se sentir atingido, por via do mandado de segurança fará prevalecer o direito que obteve em face do decreto e que, por ventura, venha a ser prejudicado por força da vigência da lei.

Com relação a isso, parece-me que não há o que temer. **O SR. IVO THOMAZONI** — Vou contra-argumentar dando a V. Exa., só, apenas, um exemplo: Foram abertas, com base no decreto número 1158, duas vagas de Despachante Oficial do DETRAN, em determinado município; município, que já dispunha de dois despachantes oficiais mas, com dois grupos de mil veículos registrados, criaram-se duas vagas. Inscreveram-se inúmeros candidatos, três foram aprovados, dois já credenciados e, o terceiro, para validar o concurso, protestou junto ao DETRAN, aguardando abertura de nova vaga, para preenchê-la com sua credenciação. Admitando-se que naquele

determinado município, já estivessemos com o terceiro grupo de mil veículos, já ultrapassando seiscentos veículos e, registrando-se mais quatrocentos veículos abrissemos outra vaga, é até humano que o cidadão esteja aguardando e, diariamente consultando a CIRETRAN sobre o aumento do registro de veículos para que, tão logo se preencha o grupo de mil, solicite a sua credenciação.

Não deixa, eminente Deputado, de representar, este aumento do número de veículos, no grupo para mil e quinhentos e não mais mil, para abertura de uma vaga, não deixa de representar prejuízo para aquele que, tendo se submetido ao concurso, vislumbra, a curto ou médio prazo, a possibilidade de se credenciar, sofra o constrangimento de aguardar maior tempo ou, decorridos os dois anos, invalidar o concurso e sua aprovação.

Eram, Sr. Presidente, as considerações que desejava expender, reafirmando a disposição de S. Exa., o Sr. Governador do Estado, de encaminhar a esta Casa, ouvindo o eminente Deputado Accioly Neto e a própria Associação dos Despachantes Oficiais do DETRAN, plano de lei para que aqui mereça discussão.

O Sr. Deni Schwartz — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Só uma pergunta: Se a nomeação de despachantes que prestaram concurso, é feita pela ordem de classificação do concurso?

Se é seguida, para efeito de nomeação, se o DETRAN segue a ordem de classificação?

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Deputado Deni Schwartz, sinceramente, desconheço particularidades mas, quero crer que no próprio decreto que regulamenta a atividade de Despachante Oficial do DETRAN, existem normas ou critérios de credenciação. Se não me engano no artigo 8º.

Sei que para os que melhor classificação obtiveram, é concedido o direito de escolha de vaga.

Nos decretos anteriores, se não me engano no Decreto número 18603, também não se facultava o direito de transferência do Despachante Oficial do DETRAN de um para outro município.

Foi uma das lutas dos Deputados, eu me lembro, em fazer com que o Sr. Governador do Estado alterasse o dispositivo do Decreto, permitindo ao despachante o direito da permuta ou da transferência de um para outro município.

E nesses casos, eminente Deputado, quando um número superior ao número de vagas do município, um número superior de candidatos ao número de vagas existentes no município, pode o candidato aprovado optar por outro município e exercer a sua atividade até que, abrindo uma outra vaga ele proteste pelo preenchimento dela com base na inscrição feita, para preenchimento daquela vaga especificamente.

O Sr. Deni Schwartz — Guardada a classificação.

O SR. IVO THOMAZONI — Exatamente. Quer me parecer que o critério de aprovação deve estar sendo obedecido.

O Sr. Accioly Neto — Deputado Ivo Thomazoni, sem querer tomar mais seu tempo em novo aparte, eu ia solicitar esse aparte tão logo a contra-argumentação apresentada por V. Exa. Mas, em face ao aparte do Deputado Deni Schwartz, eu fiquei em segundo lugar. Mas, o assunto ainda está vivo, mesmo porque no aparte anterior o Deputado falou sobre tema análogo ao que eu pretendo fazer uma indagação a V. Exa.

Na sua contra-argumentação alegou que para um determinado município o despachante ficaria, desses que realizaram o concurso e que foram aprovados, aguardando, que de 600 veículos registrados e se não me engano foi este o número, se ascendessem a mil.

Bem. Mas aí, em um raciocínio muito simples, ficou-me uma dúvida, Sr. Deputado, porque o concurso, ao que me

parece, foi feito para um número exato de vagas e não para um número aliatório.

Não se aprovaram mil despachantes, só para exemplificar, sem saber qual o número exato de vagas.

O concurso foi realizado e se aprovou um número de candidatos igual ao número de vagas existentes à época.

Então não há que ficar esperando o aumento que possa ocorrer de veículos registrados.

E, neste sentido o projeto é melhor do que o decreto, porque não deixa ao Poder Público esta possibilidade de fazer o aproveitamento assim, indiscriminadamente, só mediante concurso. Realizado o concurso, preenche-se as vagas e aguarda-se a realização de um novo concurso, que é previsto anualmente, ou bi-anualmente. O que não pode é o funcionário realizar o concurso e não existir a vaga. Não tem nenhum cabimento isso.

A própria administração pública não pode reconhecer esse fato como lícito. O concurso é feito, ou foi feito, melhor dizendo, para preencher vagas de Despachante de Trânsito, estabelecidas por força de decreto e que eram fixadas em mil veículos registrados.

Ora, se num determinado município só há 3.000 veículos registrados ou 3.600, não há que se esperar que se chegue a 4.000 para nomear o despachante. Nomeiam-se apenas três despachantes, ou credenciam-se três despachantes. Então não surge situação de intranquilidade.

O SR. IVO THOMAZONI — Deputado Accioly Neto, se V. Exa. me permite eu diria a V. Exa. que a expressão concurso não tenha sido talvez corretamente expressada por mim.

O que o DETRAN realiza é um teste de credenciação. E o teste de credenciação tem, a exemplo do concurso, uma validade de dois anos.

Como a administração pública deva ser e é imúnica, não pode V. Exa. também conceber que no Estado do Paraná onde o número de veículos de determinados municípios cresce vertiginosamente de mês a mês, se fique estático. Daí, o aproveitamento daqueles que conseguirem no teste realizado, um índice médio do aproveitamento capaz de exigir até, o seu aproveitamento, tão logo as vagas, as novas vagas sejam abertas dentro desta dinâmica de progresso que o Paraná atravessa.

Eram essas as considerações que despretenciosamente pretendi fazer sem mesmo de leve admitir que a esta forma não é correta. Quer me parecer que a forma é correta; também não posso induzir um candidato aprovado, pretendente a uma vaga em Londrina, a aceitar uma vaga em Manguaçu. É portanto o direito que o candidato tem de aguardar, validando-se um prazo para que, aberta a vaga, ele proteste junto ao órgão competente, para preencher.

Quer me parecer, não se estaria, absolutamente, postergando nenhuma Lei Maior.

O Sr. Accioly Neto — Não há absolutamente nenhuma alusão a isso.

É que me pareceu, pela maneira pela qual V. Exa. tentou explicar o clima de intranquilidade, que o concurso se realizou, não para o número de vagas limitadas, mas para um determinado número de vagas que não correspondia, na realidade ao total de veículos registrados no Estado.

Admitamos que o Estado tivesse registrado 500.000 veículos. Foram aprovados no concurso, mil, ou no teste, como o prefere V. Exa. Então tem 500 que ficarão aguardando, na sua ordem de classificação para serem aproveitados neste ou aquele município, especialmente os de sua preferência, até se obter o número mínimo de veículos que permite a credenciação de mais um despachante.

O SR. IVO THOMAZONI — Pode haver o contrário também, Deputado. Exemplificando: poderiam existir duas vagas, e não vai aqui nenhuma preferência maldosa ao progressista município, por exemplo, de Guaraqueçaba, por existir duas em Guaraqueçaba, com todo o respeito para o eminente Depu-

tado, representante de Guaraqueçaba.

Mas admitindo que tenham, criadas, 500 vagas de assistente oficial do DETRAN no Paraná, dentre elas duas de Guaraqueçaba, duas de Enéas Marques, uma de Ampère, onde não há interesse de preenchimento porque o número de veículos é ínfimo, e não ensinaria ao credenciado uma remuneração condizente, nem quem sabe para a sua subsistência. E aprovados os 500, destes aprovados alguns não pretendessem ser credenciados especificamente para o município que não lhes dê uma rentabilidade econômica, para aguardar a criação de uma vaga no município em que ele pudesse sentir-se mais seguro na sua atividade.

Então quis somente exemplificar a V. Exa. de que realmente não há necessidade que se aprove número superior ao de vagas. Pode ser até aprovado o número de vagas existentes no município. Assim não poderia se induzir o cidadão a aceitar o credenciamento para o município cujo número de veículos possa corresponder à retribuição financeira capaz de assegurar sua sobrevivência.

O Sr. Accioly Neto — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Acho, então, que o DETRAN, quando viesse a regulamentar as normas do concurso, se utilizasse das regras do Concurso de Remoção que faz a Secretaria de Educação e Cultura a cada fim de semestre.

Porque assim se estabeleceriam, exatamente, as vagas existentes em cada município.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, verifica-se que da discussão sempre surgem as luzes para o aperfeiçoamento. E a sugestão que V. Exa. acaba de fazer é válida e merece ser analisada.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fidelcino Tolentino). Continua em discussão o Projeto número 104/75. Encerrada a discussão.

Sobre a Mesa requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto pedindo votação nominal dos Srs. Deputados. Em discussão o projeto. Em votação. — **Aprovado.**

Consenqüentemente, o projeto será submetido à votação nominal.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto que digam "sim", os que rejeitam o projeto e aprovam o veto, digam "não".

O Sr. 1º Secretário procederá a chamada dos Srs. Deputados para votação:

Fidelcino Tolentino: sim;

Leopoldo Jacomel: não;

Accioly Neto: sim;

Alfredo Gulin: não;

Basílio Zanusso: não;

Dácio Leonel: não;

Deni Schwartz: sim;

Domício Scaramella: sim;

Edilson Alencar: sim;

Enéas Faria: sim;

Ernesto Gnoato: sim;

Ezequias Losso: não;

Fabiano Braga Cortes: não;

Francisco Escorsin: não;

Gabriel Manoel: não;

Gilberto Carvalho: não;

(Os demais Srs. Deputados encontravam-se ausentes).

O SR. PRESIDENTE — Ivo Thomazoni — não;

Jurandir Messias — não;

Jorge Sato — não;

Lázaro Dumont — não;

Lúcio Machado — sim;

Muggiati Filho — sim;

Nelson Buffara — sim;

Osvaldo Macedo — sim;

Otássio Pereira — sim;

Quielse Crisóstomo — não;

Trajano Bastos — sim;

Valter Pietrângelo — sim;

Waldenício Barbalho — sim;

Werner Wanderer — não.

Os demais Deputados — ausentes.

15 Srs. Deputados votaram "sim", 15 votaram "não".

— Rejeitado o projeto, aprovado o veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 05, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 64/76.

Levanta-se a sessão.

LEIS:

LEI Nº 03/76

DATA: 20 de julho de 1976.

SÚMULA: Declara de utilidade pública a Sociedade Espírita Irmandade de Jesus, com sede na cidade de Cascavel.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 28, § 4º, da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Espírita Irmandade de Jesus, com sede na cidade de Cascavel.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20/07/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

LEI Nº 04/76

DATA: 21 de julho de 1976.

SÚMULA: Declara de utilidade pública a "Tenda de Umbanda Pai José", com sede e foro nesta Capital.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 28, § 4º, da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "Tenda de Umbanda Pai José", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/07/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

PORTARIAS:

PORTARIA Nº 448/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6342, de 14 de julho de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

constituir, Grupo de Trabalho presidido pelo Sr. Diretor Geral, JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO, nos termos do inciso XX, artigo 3º, do Decreto Legislativo número 573/67, de 29 de novembro de 1967, coordenação do Diretor do Departamento de Finanças, AIMORÉ OD ROCHA, a fim de proceder levantamento, programação e testes de processamento, relativo aos demonstrativos de Imposto de Renda, e composto pelos seguintes funcionários, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

FARID LUIZ GUÉRIOS — Mat. 480.

ELEOVAN CESAR RIBEIRO — Mat. 373.

JOSÉ PAULO ORTH — Mat. 420.

SÉRGIO VALÉRIO ANTUNUCIO, — Mat. 433.

WILSON KAIEL — Mat. 436.

JOÃO MARIA DE JESEUS CAMPOS ARAUJO — Mat. 500.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de julho de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA Nº 453/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

I — revogar, a Portaria 203/76, de 28 de abril de 1976, na parte que designou BEATRIZ SILVA DO PRADO, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado DOMÍCIO SCARAMELLA; e,

II — designar a referida funcionária, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria, até 31 de dezembro do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de agosto de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA Nº 454/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6726, de 29 de julho de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, ADEMIR JOSÉ BERTI, ocupante do cargo em comissão, símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado IVO THOMAZONI, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50) de seus vencimentos, a partir de 21 de junho de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de agosto de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA Nº 352/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5264/76, de 11 de junho de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, ANTONIO ÁLVARO TOSI, ocupante do cargo em comissão, de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado Deni Lineu Schwartz, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, a partir de 08 de junho de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de junho de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

— (Republicada, por incorreção anterior).

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 8ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e setenta e cinco, na Sala de Reuniões deste Poder, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, e presentes os Srs. Deputados: Fabiano Braga Cortes, Deni Schwartz, Ivan Rüppel, Ezequias Losso, Nilso Sguarezi, Lineu Turra, Basílio Zanusso e Wilson Fortes, e ainda, o Dr. Luiz Fernando Van Der Broocke, Assessor Tributário da Secretaria das Finanças, especialmente convidado pelo Sr. Relator do Projeto de Lei nº 150/75, a fim de assessorá-lo nos debates sobre a reformulação da Lei do ICM. Presente, também, o Sr. Assessor da Comissão, Laertes Luiz Foggiatto. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião, sendo aprovada a Ata da sessão anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte Ordem do Dia: 1) PROJETO DE LEI Nº 68/75, do Sr. Dep. Ivo Thomazoni, Dá nova redação aos artigos 150 e 151, e acresce um parágrafo ao artigo 149, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970. Relator Dep. Fabiano Braga Cortes. Voto em separado do Sr. Dep. Deni Schwartz pelo Arquivamento, tendo em vista a Mensagem nº 90/75, que trata do mesmo assunto. Aprovado, o voto em separado, e retirado o parecer pelo Sr. Relator. 2) PROJETO DE LEI Nº 131/75, do Sr. Dep. Rosário Pitelli. Declara de utilidade pública o Lar Elim Canãa, da cidade de Cornélio Procopio. Relator Dep. Deni Schwartz. Requer seja convertido em diligência junto à Entidade, a fim de anexar documentos necessários ao processo. 3) PROJETO DE LEI Nº 147/75, do Poder Executivo. Mensagem nº 90/75, encaminhando anteprojeto de Lei que altera dispositivos da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, na parte referente a férias do funcionalismo público do Estado. Relator: Dep. Deni Schwartz. Parecer FAVORÁVEL com duas Emendas. Em discussão e votação nominal. Aprovado o parecer e as emendas. 4) PROJETO DE LEI Nº 150/75, do Poder Executivo. Mensagem nº 91/75, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva reformular parcialmente a Lei Orgânica do Imposto sobre circulação de Mercadorias. — ICM. Relator Dep. Ivan Rüppel. Parecer FAVORÁVEL com cinco Emendas. Em discussão. O Dr. Luiz Fernando Van Der Broocke justifica a apresentação do Projeto de Lei, em razão da solicitação formulada à Secretaria das Finanças, pelas Associações de classes, pedindo a reformulação da Lei do ICM, na parte da reavaliação das multas, estabelecendo nível com benefício à maioria da comunidade. Em seguida coloca-se à disposição dos Senhores Deputados para melhores esclarecimentos. Os debates são efetuados, elucidando as dúvidas existentes. Em votação nominal. APROVADAS AS EMENDAS Nº 1, 2, 4 e 5. Rejeitada a Emenda nº 3. Aprovado o parecer FAVORÁVEL. 5) PROJETO DE LEI Nº 152/75, do Sr. Dep. Gabriel Manoel. Declara de utilidade pública a Fundação da Unidade Rotária de Curitiba. Relator Dep. Nilso Sguarezi. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 6) PROJETO DE LEI Nº 154/75, do Sr. Dep. Jorge Sato. Declara de utilidade pública a Aliança Cultural Brasil-Japão do Paraná, com sede e foro na cidade de Londrina. Relator Dep. Fabiano Braga Cortes. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 7) PROJETO DE LEI Nº 164/75, do Poder Executivo. Mensagem nº 94/75, encaminhando anteprojeto de Lei que abre crédito especial no valor de Cr\$ 2.000.000,00, destinado a atender despesas com o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar — FEPPA. Relator Dep. Fabiano Braga Cortes. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 8) PROJETO DE LEI Nº 187/74, do Sr. Dep. Wilson Fortes. Concede título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Doutor Maury Rodrigues da Cruz. Relator Dep. Ezequias Losso. Parecer FAVORÁVEL. Em discussão. Em votação. Votos favoráveis dos Srs. Deputados Fabiano Braga Cortes, Ivan Rüppel e Ezequias Losso. Voto contrário do

Sr. Dep. Nilso Sguarezi, no seguinte teor: “Voto contrário ao Projeto por razões de entendimento pessoal, deixando claro não serem argumentos ou óbices de caráter pessoal do homenageado, mas simplesmente por me colocar contrário à prática de encaminhamento da matéria, conforme já esclareci em Plenário da Casa.” Votos contrário dos Srs. Dep. Deni Schwartz e Lineu Turra, que também endossam as palavras do Sr. Dep. Nilso Sguarezi. O Sr. Presidente em exercício, Deputado Waldenício Barbalho, em seu desempate justifica sua posição, esclarecendo, que ocupando o lugar de Presidente, está acima de qualquer outra situação particular ou partidária. E, analisando os documentos constantes do Projeto de Lei não pode votar contrário ao Projeto. Aprovado o parecer FAVORÁVEL. 9) PROJETO DE LEI Nº 67/72, do Sr. Dep. Quielse Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo transferir a Inspetoria Regional de Ensino do Município de Santo Inácio para o Município de Colorado. Relator da EMENDA apresentada em Plenário, Sr. Dep. Deni Schwartz. Parecer CONTRÁRIO à Emenda. Aprovado. 10) PROPOSIÇÃO Nº 134/75, do Poder Executivo. Mensagem nº 39/75, encaminhando cópia do convênio celebrado pelo Estado com o Conselho Nacional da Faixa Cidadão, para aumentar os meios de Radiocomunicação para a Defesa da Ordem Pública e Secretaria, digo Segurança da Família Paranaense. Relator Dep. Ezequias Losso. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 11) PROPOSIÇÃO Nº 158/75, do Poder Executivo. Mensagem nº 44/75, encaminhando cópia de convênio celebrado pelo Governo do Estado com o Município de Cascavel, para cumprir dispositivos do Código Nacional de Trânsito. Relator Dep. Deni Schwartz. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 12) PROPOSIÇÃO Nº 167/75, do Poder Executivo. Mensagem nº 44/75, encaminhando cópia do convênio celebrado pelo Governo do Estado com o Município de Marechal Cândido Rondon, para cumprir dispositivos do Código Nacional de Trânsito. Relator Dep. Deni Schwartz. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 13) PROPOSIÇÃO Nº 169/75, do Poder Executivo. Ofício encaminhando veto apostado ao Projeto de Lei nº 07/75, do Sr. Dep. Lineu Turra. Relator Deputado Deni Schwartz. Parecer CONTRÁRIO. Aprovado. 14) PROPOSIÇÃO Nº 179/75, do Poder Executivo. Mensagem nº 49/75, encaminhando cópia de convênio celebrado pelo Governo do Estado com o Município de Marechal Cândido Rondon, para execução de reparos em prédios que especifica. Relator Dep. Deni Schwartz. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 15) PROPOSIÇÃO Nº 188/75, do Poder Executivo. Mensagem nº 49/75, encaminhando cópia do convênio celebrado pelo Governo do Estado com o Município de Tomazina, para execução de reparos no Grupo Escolar Carlos Gomes. Relator Dep. Deni Schwartz. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 16) PROPOSIÇÃO Nº 190/75, do Poder Executivo. Mensagem nº 49/75, encaminhando cópia do convênio celebrado pelo Governo do Estado com o Município de Tomazina, para fins que especifica. Relator Dep. Deni Schwartz. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 17) PROPOSIÇÃO Nº 200/75, do Poder Executivo. Mensagem nº 49/75, encaminhando cópia do convênio celebrado pelo Governo do Estado com o município de Castro, para execução de reparos no Grupo Escolar Vicente Machado. Relator Dep. Deni Schwartz. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 18) PROPOSIÇÃO Nº 205/75, do Poder Executivo. Mensagem nº 49/75, encaminhando cópia do convênio celebrado pelo Governo do Estado com o município de Rolândia, para execução de reparos no Colégio Estadual Presidente Kennedy. Relator Dep. Deni Schwartz. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 19) PROPOSIÇÃO Nº 278/75, do Poder Executivo. Mensagem nº 82/75, encaminhando cópia do convênio celebrado pelo Governo do Estado com a Sudesul, para colaboração financeira com a Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná — FAMEPAR. Relator Dep. Nilso Sguarezi. Parecer FAVORÁVEL

com Projeto de Resolução. Aprovado. 20) PROPOSIÇÃO Nº 283/75, do Poder Executivo. Mensagem nº 87/75, encaminhando cópia do convênio celebrado pelo Governo do Estado com o município de Paracity, para construção de Delegacia de Polícia e Cadeia Pública. Relator Dep. Nilso Sguarezi. Parecer FAVORÁVEL com projeto de Resolução. Aprovado. 21) PROPOSIÇÃO Nº 285/75, do Poder Executivo. Ofício encaminhando Veto apostado ao projeto de Lei nº 189/74, do Sr. Dep. Wilson Brandão. Relator Dep. Deni Schwartz. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 22) PROPOSIÇÃO Nº 288/75, do Poder Executivo. Ofício encaminhando Veto apostado ao Projeto de Lei nº 04/75, do Dep. Benedito Lúcio Machado. Relator Deputado Fabiano Bracortes. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 23) PROPOSIÇÃO Nº 289/75, do Poder Executivo. Mensagem nº 92/75, encaminhando cópia do convênio celebrado entre a Sudesul e o Estado do Paraná, para o Plano Micro-Regional de Desenvolvimento Integrado da AMCOPAR. Relator Dep. Ezequias Losso. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. O Sr. Presidente informa aos presentes que a Mensagem que dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado retornou à Comissão, e deverá ser estudada na próxima semana, em razão dos convites formulados aos interessados na matéria. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente em exercício, Deputado Waldenício Barbalho, encerrou a reunião, da qual, para constare produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1975.

(aa) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

Rita Celestino — Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 8ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e setenta e cinco, às dezessete hora e trinta minutos, na Sala das Reuniões deste Poder, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Accioly Neto, e presentes os Senhores Deputados: Waldenício Barbalho, Deni Schwartz, Ezequias Losso, Ivan Rüppel, Dácio Leonel e Nilso Sguarezi, bem como os Senhores Dr. Newton José De Sisti, Vice-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção do Paraná, Dr. Edgar Cavalcanti Albuquerque. Relator: da OAB da Divisão e Organização Judiciária do Estado, o Sr. Joaquim Viana Pereira Filho, Presidente da Associação dos Serventuários da Justiça, que foram especialmente convidados a comparecer perante esta Comissão, a fim de debater o PROJETO DE LEI Nº 143/75, que dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado. Presentes, ainda, os Senhores Adelmo Pignatário Delgado, Oficial do Registro de Imóvel de Paranaíba, e o Senhor Marcos Leo de Albuquerque Velozo, Oficial do Registro de Santa Isabel do Ivaí. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou aberta a reunião, concedendo a palavra ao Sr. Dr. Edgar Cavalcanti Albuquerque, a fim de manifestar o pensamento da OAB. O Sr. Dr. Edgar Cavalcanti Albuquerque falou sobre o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado em seus vários aspectos. Agradecendo a deferência e a honra de estar presente nesta Reunião, coloca-se à disposição dos presentes para elucidar dúvidas existentes. O Sr. Dep. Nilso Sguarezi, Relator do referido Projeto, justifica os convites formulados, agradecendo a presença dos convidados, lamentando a ausência dos demais. Indaga do Sr. Edgar Cavalcanti Albuquerque, o seguinte: 1) Se a OAB participou, por convocação, da elaboração do anteprojeto em apreço? 2) Como a OAB encara o aumento de 52 por cento dos juízes e se tal aumento é necessário? 3) No seu entendimento, como advogado militante, o aumento de cartórios de protestos será um ônus para a população? 4) Se o Tribunal de Justiça tem competência para elaborar, cotar e aprovar o Código de Divi-

são e Organização Judiciárias? 5) O Tribunal de Justiça tem competência legal para iniciar a oficialização da Justiça, no plano estadual? O Senhor Relator da OAB em respostas às indagações feitas, esclarece: 1) A OAB não participou, por convocação da elaboração do anteprojeto em pauta, apenas formulou sugestões que não sabe todavia se foram acatadas. 2) A OAB não acredita que este aumento de juízes vá melhorar a administração da Justiça no Estado. 3) O aumento de cartórios de protestos vai acarretar um ônus para a população, pois para qualquer financiamento exige-se certidões de todos os cartórios existentes, que vai onerar a parte. 4) Quanto à competência do Tribunal de Justiça em relação a matéria, não há dúvida. 5) Se o Tribunal de Justiça tem competência para votar, aprovar e determinar o Código de Organização e Divisão Judiciárias, no meu entender, pode determinar e oficializar a Justiça. O Senhor Deputado Deni Schwartz congratula-se com o Sr. Dr. Edgar Cavalcanti Albuquerque pelo seu pronunciamento elucidativo. Esclarece que é radicalmente favorável à oficialização da Justiça, e fala sobre o Regimento de Custas que não é respeitado. O Sr. Joaquim Viana Pereira Filho usa da palavra para agradecer o convite recebido, ressaltando que é a primeira vez que a classe é ouvida. Em primeiro lugar esclarece que o Estado tem um Regimento de Custa superado, mas é o mais barato de todo o Sul do país. Deveria o Regimento de Custas ser elaborado com mais precisão e Justiça, elevando-se o teto que é muito baixo. Sobre a oficialização da Justiça disse que ela já foi efetuada no Estado do Acre, e não teve resultado satisfatório. O Sr. Deputado Deni Schwartz indaga sobre o problema da lista tríplice, se é legal ou não. O Sr. Dr. Edgar Cavalcanti Albuquerque esclarece que é matéria da Constituição Federal. O Sr. Dep. Waldenício Barbalho pergunta como a OAB vê no Projeto de Lei a limitação de ganho dos Serventuários da Justiça? O Dr. Edgar C. Albuquerque acha justo. O Sr. Joaquim Viana Pereira Filho esclarece que na realidade não se sabe o quanto ganha um Desembargador, mas segundo se observou a limitação é para os novos serventuários, respeitados os direitos adquiridos. O Sr. Dep. Dácio Leonel solicita opinião da OAB sobre as premissas do Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, quando enviou a matéria ao Sr. Governador do Estado. O Dr. Edgar C. Albuquerque não acha válida a argumentação usada, pois não acredita que o aumento de Varas concorra para a melhoria da administração de Justiça. O Sr. Dep. Deni Schwartz fala sobre a precariedade do funcionamento de um fórum do interior, o que é confirmada pelos presentes. O Sr. Dep. Nilso Sguarezi acredita que a criação do cargo de Juiz auxiliar ajudaria o funcionamento da Justiça, com o que concorda o Sr. Dr. Edgar C. Albuquerque. Usando da palavra o Dr. Newton José De Sisti agradece o convite, e que a OAB registrará em seus anais este convite, que foi o primeiro de sua história, dentro da elaboração da Organização e Divisão Judiciárias do Estado. Pede seja registrado em Ata o seu profundo agradecimento. O Sr. Dep. Nilso Sguarezi solicita ao Sr. Presidente da Comissão que seja oficiado ao Presidente do Tribunal de Justiça, pedindo cópia do novo Código de Organização e Divisão Judiciárias, a fim de anexar ao Projeto de Lei, bem como cópias das Notas Taquigráficas da presente reunião, para melhor estudo e elucidação do assunto. Deferido requerimento. O Sr. Presidente agradece a presença dos Srs. convidados e ressalta a produtividade da reunião, afirmando, também que convidará mais uma vez, os Srs. Desembargadores que elaboraram o novo Código, comparecerem a esta Comissão, a fim de prestarem os esclarecimentos necessários à apreciação do Projeto nº 143/75. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião, solicitando aos Srs. Dep. Waldenício Barbalho e Nilso Sguarezi que acompanhassem os Srs. convidados até a saída do prédio. Lavrei a presente Ata, para constar e produzir os efeitos legais, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Deputado Accioly Neto, Presidente da Comissão, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

(aa) Accioly Neto - Presidente; Rita Celestino Soares - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR DESPESAS COM DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE, FEITAS PELO GOVERNO

ATA DA REUNIÃO DO DIA 26 DE MAIO DE 1976

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia 26 de maio de 1976 (um mil novecentos e setenta e seis), na sala de Reuniões das Comissões Técnicas do Palácio "Dezenove de Dezembro", sob a Presidência do Senhor Deputado Dácio Leonel de Quadros, e presentes os Senhores Deputados Ivo Thomazoni, Werner Wanderer, Basílio Zanusso, Deni Lineu Schwartz, Trajano Bastos e Waldenício Barbalho, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as despesas com Divulgação e Publicidade, feitas pelo Governo do Estado. Aberta a reunião, é aprovada a Ata da Sessão anterior, sem observações. Em seguida o Senhor Presidente tece considerações sobre as normas que regerão os trabalhos desta Comissão, ressaltando que basicamente será a Lei número 1579, a Constituição do Estado e o Regimento Interno e supletivamente o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Em seguida concede a palavra ao Deputado Deni Lineu Schwartz para expor detalhadamente os motivos da constituição da CPI. O autor do requerimento solicita preliminarmente duas medidas, ou seja que as Atas das Reuniões sejam entregues aos Senhores deputados com antecedência e a segunda que sejam fornecidas as Nota Taquigráficas das reuniões. O Senhor Presidente defere ambas as medidas. O Senhor Deputado Deni Lineu Schwartz esclarece inicialmente os motivos que levaram sua bancada a constituição da CPI, afirmando que as CPIs são instrumentos do Poder Legislativo e confirma os termos do Requerimento por ele subscrito e pelos demais Senhores Deputados, afirmando que "Existindo na Lei Orçamentária vigente consideráveis recursos para divulgação de atos governamentais e que idênticas especificações constaram de Orçamentos de Governos anteriores, tem se atribuído ao Governo do Estado o fato de ser discricionário na aplicação desses recursos, mencionando como exemplos atuais, os casos surgidos com a imprensa, canais de TV e rádios do Paraná que teriam sido aliçados do plano de divulgação do Governo, que pretende assim apurar se as despesas feitas pelo Governo do Estado, de forma direta ou indireta, com a divulgação e publicidade, corresponde às especificações orçamentárias e aos objetivos da administração indireta, que têm sido aplicados sem discricionismo de qualquer natureza". A seguir comenta que o Paraná por longos anos foi manchete nacional, mas lastimavelmente negativa e o mesmo se repetiu no setor de imprensa mais recentemente. O autor é favorável a uma boa divulgação do Paraná e neste setor a CPI poderá ser muito valiosa. Ao finalizar a sua exposição o Senhor Deputado Deni Lineu Schwartz, coloca-se a disposição dos Senhores Deputados para responder perguntas. O Senhor Presidente agradeceu ao Deputado Deni Lineu Schwartz pela explanação e deixa a palavra livre. O Senhor Deputado Ivo Thomazoni com a palavra fala sobre a competência da CPI e solicita subsídios para organizar o Roteiro dos Trabalhos. O Senhor Deputado Ivo Thomazoni afirma que o Governo do Estado está pronto para atender as arguições e solicitações desta CPI. A seguir o Senhor Presidente afirma que o objetivo da reunião de hoje foi atingido e fixa as reuniões ordinárias para todas as quartas-feiras com início às 9,00 horas, solicitando que o Relator apresente na próxima reunião o Roteiro a ser seguido. O Senhor Ivo Thomazoni comenta que já possui esboço do roteiro e gostaria de ouvir opiniões sobre o período que a CPI ABRANGERÁ PARA INVESTIGAR, e sugere os 10 últimos anos. Recebe na oportunidade aparte do Deputado Trajano Bastos e Waldenício Barbalho que sugerem datas anteriores, quando se adotou a prática de subvencionar a imprensa. A seguir o Deputado Thomazoni tece comentários sobre determinadas autoridades a serem convocadas para depoimentos, participando ainda do debate os Senhores Deputados Trajano Bastos, Deni Schwartz e o Senhor Presidente. O Senhor Deputado Basílio Zanusso observa que os

objetivos da presente reunião foram atingidos e sugere que os deputados mantenham contacto com o Deputado Ivo Thomazoni sobre a organização do Roteiro. Pela Ordem, o Deputado Trajano Bastos solicita providência para que seja colocada a disposição da Comissão uma Verba, pois haverá necessidade de convocar técnicos para a análise dos balanços respondendo, o Senhor Presidente, afirma que determinou providências para que fosse colocada à disposição da Comissão a importância de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros). Agradece a presença de todos e convoca outra reunião para a próxima quarta-feira, dia 2 de junho, às 9,00 horas, e encerra a presente reunião, da qual, para constar, eu Francisco Dranka, Secretário, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada, pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1976.

(aa) DÁCIO LEONEL — Presidente

Francisco Dranka — Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA INVESTIGAR AS DESPESAS EFETUADAS PELO GOVERNO DO ESTADO, ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, COM DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE.

ATA DA REUNIÃO DO DIA 02 DE JUNHO DE 1976

Às nove horas e cinquenta minutos do dia 02 de junho de um mil novecentos e setenta e seis, na sala de Reuniões das Comissões Técnicas do Palácio "Dezenove de Dezembro", sob a Presidência do Senhor Deputado Dácio Leonel de Quadros, e presentes os senhores Deputados Ivo Thomazoni, Werner Wanderer, Basílio Zanusso, Deni Lineu Schwartz, Trajano Bastos e Waldenício Barbalho, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as despesas efetuadas pelo Governo do Estado, Administração Direta e Indireta, com Divulgação e Publicidade. Aberta a reunião, é aprovada a Ata da Reunião anterior sem observações. Havendo expediente, o Senhor Presidente solicita ao Secretário a leitura do mesmo que foi endereçado pelo Senhor Renato Schaitza à Comissão, fazendo explicações sobre declarações suas à imprensa. A seguir o Senhor Presidente concede a palavra ao Deputado Ivo Thomazoni, para, na qualidade de Relator, apresentar o roteiro dos trabalhos da CPI. Lido o roteiro pelo Senhor Deputado Ivo Thomazoni, o mesmo é posto em discussão. Pela Ordem o Senhor Deputado Trajano Bastos solicita a suspensão dos trabalhos por dez minutos, para que os senhores Deputados possam inteirar-se do conteúdo. O Presidente defere a solicitação. Reiniciados os trabalhos, o Senhor Deputado Waldenício Barbalho propõe que o artigo 3º do roteiro seja modificado, eliminando-se a expressão: "Dez últimos exercícios". A proposta é longamente debatida, sendo sustentada pelos Senhores Deputados Deni Lineu Schwartz e Trajano Bastos. Defende a manutenção da proposta o Senhor Deputado Ivo Thomazoni. O Senhor Deputado Basílio Zanusso propõe e retira a sugestão de adiamento da votação deste artigo. Encerrada a discussão, passa-se à votação. Acusando esta o seguinte resultado: três votos do MDB a favor da emenda do Deputado Waldenício Barbalho e três votos da ARENA, contra a mesma. O Senhor Presidente, desempatando, vota pela manutenção do Artigo 3º do Roteiro. A seguir o Roteiro é aprovado na íntegra, exceto duas alterações: no artigo 5º, a expressão "serão reservados", por "poderão ser reservados"; no Artigo 11 foi acrescentada após a palavra "omissos", a expressão "do presente roteiro". O Senhor Deputado Trajano Bastos, discordando da aprovação do artigo 3º, protesta, manifestando desejo de desligar-se da CPI. A seguir o Senhor Deputado Deni Schwartz, propõe que sejam ouvidos os senhores: Antônio Luiz de Freitas, Sub-Chefe da Casa Civil do atual Governo, Divonei Campos,, Assessor de Imprensa dos Governos Emílio Gomes e João Mansur, Airton Batista, do Governo Haroldo Leon Peres, Lindolfo Luiz, de Maringá, também do Governo Haroldo Leon Peres e Antônio Brunetti. O Senhor

Presidente submete à votação os nomes sugeridos pelo Senhor Deputado Deni Schwartz. O Senhor Trajano Bastos, pela ordem, solicita que seja incluído na relação o senhor Renato Schwaizta. A relação foi aprovada. A seguir o Senhor Deputado Ivo Thomazoni submete à apreciação proposta verbal nos seguintes termos: "Que a Presidência requeira ao Poder Executivo uma relação discriminada das despesas com divulgação dos atos governamentais, no atual e nos dez últimos exercícios financeiros, e se constavam dotação orçamentárias para tal fim". A proposta é aprovada. Usando ainda da palavra o Senhor Deputado Ivo Thomazoni sugere que se faça maior número de reuniões para poder ouvir as pessoas indicadas. A proposição foi aceita e o Senhor Presidente marca para o dia 08 do corrente uma reunião extraordinária para ouvir o depoimento do Senhor Antônio Luiz de Freitas e para o dia 09 do senhor Divonei Machado de Campos. Com a palavra o Senhor Deputado Ivo Thomazoni, justificando seu requerimento verbal, diz que a posição adotada pelo relator no que diz respeito aos "dez últimos exercícios" não é definitiva e que este roteiro poderá futuramente ser discutido e alterado no seu artigo 3º se assim entender a maioria dos Senhores Membros da Comissão". O Senhor Presidente agradece a presença e convoca uma reunião extraordinária para o dia 08 do corrente, às 9,00 horas e encerra a presente reunião, da qual, para constar, eu Francisco Dranka, Secretário, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada, pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão.

Sala das Comissões, em 02 de junho de 1976.

(aa) DÁCIO LEONEL — Presidente

Francisco Dranka — Secretário

**CPI — PARA INVESTIGAR AS DESPESAS EFETUADAS
PELO GOVERNO DO ESTADO, ADMINISTRAÇÃO
DIRETA E INDIRETA, COM DIVULGAÇÃO
E PUBLICIDADE.**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA
16 DE JUNHO DE 1976**

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia dezesseis de junho de 1976, na Sala de Reuniões das Comissões Técnicas do Palácio "Dezenove de Dezembro", sob a Presidência do Senhor Deputado Dácio Leonel de Quadros e presentes os Senhores Deputados Werner Wanderer, Basílio Zanusso, Rosário Pitelli, Deni Lineu Schwartz, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho e Adalberto Daros, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, para investigar as despesas efetuadas pelo Governo do Estado, administração direta e indireta, com divulgação e publicidade. Havendo número legal, o Senhor Presidente declara aberta a reunião. É aprovada a Ata da reunião anterior, sem observações. A seguir é lido o Requerimento do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando cópias do Parecer do Tribunal de Contas, referente a aplicação de verbas com divulgação e publicidade. O mesmo é aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente comunica a presença do jornalista Renato Eugênio Rebello Schaitza, o qual, após o compromisso legal, confirma os termos do expediente que endereçou a esta CPI no dia 01 de junho do corrente e tece algumas considerações a respeito da entrevista que concedeu ao jornal "A VOZ DO PARANÁ". A seguir, coloca-se à disposição dos senhores deputados Waldenício Barbalho, Deni Schwartz e Basílio Zanusso. Findos os inquéritos, o Senhor Presidente agradece a presença do jornalista Renato Eugênio Rebello Schaitza e convoca reunião extraordinária para o dia 22 do corrente, às 9,00 horas, em que será ouvido o Senhor Antônio Brunetti, ex-Secretário de Imprensa do Governo do Estado, bem como para o dia 23 do corrente, para a reunião ordinária, em que será ouvido o Senhor Lindolfo Luiz da Silva, ex-Assessor de Imprensa do Governo do Estado. Da presente reunião, para constar, eu Francisco Dranka, Secretário, lavrei esta Ata que é integrada pelas notas taquigráficas e

que vai por mim assinada, pelo Presidente e demais membros da Comissão.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1976.

(aa) DÁCIO LEONEL — Presidente

Francisco Dranka — Secretário

**CPI — PARA INVESTIGAR AS DESPESAS EFETUADAS
PELO GOVERNO DO ESTADO, ADMINISTRAÇÃO
DIRETA E INDIRETA, COM
DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE.**

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO
DIA 22 DE JUNHO DE 1976.**

Às nove horas do dia vinte e dois de junho do ano de um mil novecentos e setenta e seis, na sala de Reuniões das Comissões Técnicas do Palácio "Dezenove de Dezembro", sob a Presidência do Deputado Werner Wanderer e presentes os senhores Deputados Ivo Thomazoni, Deni Lineu Schwartz e Trajano Bastos, bem como o depoente, Senhor Antônio Brunetti, foi deliberado por consenso unânime dos presentes suspender os trabalhos da CPI, como homenagem ao passamento da Senhora Anita Canet, progenitora do Senhor Governador do Estado. Por deliberação dos membros da CPI e de comum acordo com o depoente, o Senhor Presidente, antes de encerrar a reunião, convoca uma reunião extraordinária para o dia 24 do corrente, quando será ouvido o Senhor Antônio Brunetti. Da presente reunião, para constar, eu Francisco Dranka, Secretário, lavrei a presente Ata que vai por mim assinada, pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão.

Sala das Comissões, em 22 de junho de 1976.

(aa) DÁCIO LEONEL — Presidente

Francisco Dranka — Secretário

**CPI — PARA INVESTIGAR AS DESPESAS EFETUADAS
PELO GOVERNO DO ESTADO,
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA,
COM DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE.
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
DIA 23 DE JUNHO DE 1976.**

Às nove horas e quarenta minutos do dia vinte e três de junho de 1976, na Sala de Reuniões das Comissões Técnicas do Palácio "Dezenove de Dezembro", sob a Presidência do Senhor Deputado Dácio Leonel de Quadros e presentes os senhores deputados Werner Wanderer, Ivo Thomazoni, Basílio Zanusso, Deni Lineu Schwartz e Waldenício Barbalho, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as despesas efetuadas pelo Governo do Estado, administração direta e indireta, com divulgação e publicidade. Havendo número legal, o Senhor Presidente declara aberta a reunião. É aprovada a Ata da reunião do dia 16 do corrente e solicitada a leitura da Ata do dia 22 que é igualmente aprovada. A seguir o Senhor Presidente comunica a presença do Senhor Lindolfo Luiz Silva, depoente deste dia, a quem, após o compromisso legal, concede a palavra. O depoente usa por alguns momentos da palavra, dizendo o cargo que ocupou na administração do Estado do Paraná e coloca-se à disposição dos membros da CPI. Inicialmente é concedida a palavra ao Relator que declina. Em seguida o depoente é arguido pelos Senhores Deputados Deni Schwartz e Ivo Thomazoni. Findo o depoimento e as inquirições, o Senhor Deputado Deni Schwartz, pela ordem, propõe verbalmente, que posteriormente fará em requerimento, que sejam convocadas as seguintes testemunhas para deporem perante a CPI: Abdo Aref Kudry, Ducastel Nicz, Francisco da Cunha Pereira, José Carlos Matinez, Roaldo A. Koehler, Paulo Cruz Pimentel, Haroldo Leon Peres e Emílio Gomes. O Senhor Presidente recebe o requerimento, solicitando que o mesmo seja feito, por escrito e lembra que foi estabelecido a norma de que os requerimentos deveriam ser encaminhados no início das sessões ordinárias, todavia, por liberalidade delega a decisão ao Plenário. Pela Ordem o Senhor Deputado

Ivo Thomazoni propõe que a votação se proceda na outra reunião, contudo para que não haja interrupção dos trabalhos da CPI, propõe a suspensão da Sessão por cinco minutos. O Sr. Presidente aceita a proposição e suspende a Sessão. Reaberta a mesma com a palavra o Sr. Deputado Deni Schwartz apresenta o seguinte Requerimento: "Requeiro, ouvidos os membros da CPI, a convocação das seguintes testemunhas: 1 - Abdo Aref Kudry, 2. Ducastel Nicz. 3. Francisco de Cunha Pereira. 4. José Carlos Martinez e Roaldo A. Koehler. Requeiro, outrossim, que os mesmos sejam convocados, segundo a ordem acima exposta". O Requerimento foi aprovado, sendo determinada a ouvida do Sr. Abdo Aref Kudry, para o dia 30 de junho de 1976 enquanto as datas para o depoimento das demais testemunhas serão fixadas pela Presidência. Quanto às testemunhas que constavam da proposição inicial, o Sr. Deputado Deni Schwartz justifica que poderá requerer futuramente, o que não mereceu objeção. Antes de encerrar a presente reunião, o Sr. Presidente registra seus agradecimentos ao Depoente Lindolfo Luis Silva, por ter liberado a CPI de qualquer ônus ao se deslocar de Maringá para esta Capital, e comunica que, conforme a deliberação do dia 22 do corrente. amanhã, dia 24 de junho, será ouvido o Sr. Antonio Brunetti, convocando extraordinariamente os Srs. Membros da CPI para as 9:00 horas da referida Reunião. Da presente, para constar, eu Francisco Dranka, lavrei a presente Ata que é integrada pelas notas taquigráficas e que após aprovada vai por mim assinada, pelo Sr. Presidente e demais membros da Comissão.

(aa) DÁCIO LEONEL — Presidente
Francisco Dranka — Secretário

**CPI — PARA INVESTIGAR AS DESPESAS EFETUADAS
PELO GOVERNO DO ESTADO,
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA
COM DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE.**

Às 10:00 horas e cinco minutos do dia 30 de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e seus, sob a Presidência do Deputado Dácio Leonel de Quadros e presentes os Srs. Deputados Werner Wanderer, Ivo Thomazoni e Deni Lineu Schwartz, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, para investigar as Despesas do Governo do Estado, administração direta e indi-

reta, com Divulgação e Publicidade. A Ata anterior é aprovada sem observações. A seguir, havendo expediente, o Sr. Presidente solicita a leitura do Ofício da Subchefia da Casa Civil, de número 173/76 - SCS, através do qual encaminha as fitas magnéticas com gravações dos programas "Paraná em Marcha" dos números 48 a 53. O Sr. Presidente após os esclarecimentos referentes a Lei 4117, coloca as mencionadas fitas à disposição dos Srs. Deputados membros da CPI. Em seguida comunica que o depoente convocado para esta data, Sr. Abdo Aref Kudry não foi encontrado, convofme informação do Protocolo Geral desta Casa que por determinação da Presidência é lido na íntegra. Comunica ainda que a Presidência recebeu requerimento do Sr. Deputado Deni Schwartz, que solicita, após a audiência dos membros da CPI, a convocação dos Srs. João Milanez e Paulo Cruz Pimentel, para deporem perante esta Comissão. O requerimento é aprovado por unanimidade. Considerando que a CPI não funcionará durante o mês de julho, o Sr. Presidente propõe as seguintes datas para as audiências do mês de agosto e na ordem que segue: No dia 04 será ouvido o Sr. Abdo Aref Kudry no dia 05 o Sr. Ducastel Nicz, no dia 11 o Sr. Francisco de Cunha Pereira, no dia 12 o Sr. José Carlos Martinez, no dia 18 o Sr. Roaldo Koehler, no dia 19 o Sr. João Milanez e no dia 25 o Sr. Paulo Cruz Pimentel. Consultados os Srs. Deputados, não há nenhuma objeção, em consequência fica estabelecida a ordem de ouvida a proposta. Pela ordem o Sr. Deputado Ivo Thomazoni consulta, se houver necessidade de outras convocações, estas poderiam ser feitas e o Sr. Presidente responde afirmativamente, desde que assim o entendam os membros da CPI. O Sr. Deputado Ivo Thomazoni sugere que os ofícios de convocação sejam expedidos com antecedência, para que as testemunhas não assumam outros compromissos. O Sr. Presidente, considerando válida a sugestão e solicita ao Sr. Secretário que expeça já os ofícios. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerra a presente reunião, convocando outra para o dia -4 de agosto, quando será ouvido o Sr. Abdo Aref Kudry. Da presente, para constar, eu, Francisco Dranka, Secretário, lavrei a presente Ata, que é integrada pelas notas taquigráficas e que vai por mim assinada, pelo Sr. Presidente e pelos Srs. Membros da Comissão.

(aa) DÁCIO LEONEL — Presidente
Francisco Dranka — Secretário